

Alexandre Rorato Maciel

CRIME



ORGANIZADO

Persecução Penal e Política Criminal

Curitiba
Juruá Editora
2015

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-5113-4



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Emani de Carvalho Pacheco

Maciel, Alexandre Rorato.

M152 **Crime organizado: persecução penal e política criminal./ Alexandre Rorato Maciel./ Curitiba: Jurua, 2015.**
312p.

1. Crime organizado. 2. Direito penal. I. Título.

CDD 342 (22.ed.)
CDU 344

0027

SUMÁRIO

1 –	INTRODUÇÃO	17
2 –	CRIME ORGANIZADO: CONCEITO, CARACTERÍSTICAS E TIPIFICAÇÃO	21
2.1	O Que Não é Crime Organizado	25
2.2	Paradigmas de Organizações Criminosas	28
2.2.1	Paradigma mafioso ou tradicional ou hierárquico ou piramidal	30
2.2.2	Paradigma da rede ou do entrelaçamento de grupos ou agentes criminosos	31
2.2.3	Paradigma empresarial	32
2.2.4	Paradigma endógeno ou institucional	33
2.3	A Dificuldade em se Chegar a um Consenso a Respeito do Conceito e da Tipificação	34
2.4	Características	39
2.4.1	Pluralidade de agentes	39
2.4.2	Estabilidade ou permanência	39
2.4.3	Finalidade de obter uma vantagem	40
2.4.4	Organização ou estrutura ou planejamento empresarial	41
2.4.5	Hierarquia	41
2.4.6	Divisão funcional de atividades	42
2.4.7	Compartimentalização	43
2.4.8	Conexão estrutural com o poder público	44
2.4.9	Uso da violência ou intimidação	47
2.4.10	Exploração de mercados ilícitos ou exploração ilícita de mercados lícitos	48
2.4.11	Uso de meios tecnológicos sofisticados	49
2.4.12	Oferta de prestações sociais	50
2.4.13	Busca pela dominação de territórios	51

2.4.14	Internacionalidade ou transnacionalidade.....	51
2.4.15	Obstrução à justiça	52
2.5	O Conceito de Crime Organizado da Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional	52
2.6	O Tratamento na Legislação Estrangeira	57
2.6.1	Alemanha.....	57
2.6.2	Itália.....	58
2.6.3	Estados Unidos	60
2.6.4	Espanha	63
2.6.5	França	64
2.6.6	Portugal	66
2.6.7	Argentina.....	67
2.7	O Tratamento Dado no Brasil Através da Lei 9.034/95.....	68
2.8	O Tratamento Dado no Brasil Através da Lei 12.850/13.....	70
2.8.1	Conceito	70
2.8.2	Aplicabilidade por extensão	73
2.8.3	Tipos penais incriminadores	75
2.8.3.1	Crime organizado ou delito de organização criminosa	75
2.8.3.2	Crime de obstrução da investigação ou obstrução à justiça	78
2.8.3.3	Causas de aumento de pena	79
2.8.3.4	Agravante do artigo 2º, § 3º da Lei 12.850/13.....	83
2.8.3.5	Dos crimes ocorridos na investigação e na obtenção da prova.....	84
2.8.4	Afastamento cautelar de funcionário público	89
2.8.5	Investigação de policial nos crimes de que trata a Lei 12.850/13	90
2.8.6	Efeitos da condenação	93
2.8.7	Procedimento e sigilo	94
2.9	O Conceito de Organização Criminosa Dado pela Lei 12.694/12 e a Possibilidade de Julgamento Colegiado em Primeiro Grau nos Crimes Praticados por Organizações Criminosas.....	97
2.10	Apontamentos Sobre o Concurso de Pessoas, Crime de Associação Criminosa (Art. 288 do CP), Crime de Associação para o Tráfico (Art. 35 da Lei 11.343/06), Crime de Constituição de Milícia Privada (Art. 288-A do CP) e o Crime de Organização Criminosa (Art. 2º da Lei 12.850/13)	102

3 – PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROVAS DIANTE DO CRIME ORGANIZADO	119
3.1 Ação Controlada	125
3.2 Infiltração de Agentes.....	133
3.3 Acesso a Registros, Dados Cadastrais, Documentos e Informações	149
3.4 Afastamento dos Sigilos Financeiro, Bancário e Fiscal.....	158
3.5 Captação Ambiental de Sinais Eletromagnéticos, Ópticos ou Acústicos	167
3.6 Intercepção das Comunicações Telefônicas e Telemáticas.....	174
3.7 Colaboração Premiada	186
3.8 Interrogatório e Participação a Distância do Réu na Instrução	209
3.9 Testemunhas Anônima e Oculta. Juiz e Promotor Sem Rosto.....	215
3.10 Inversão do Ônus da Prova da Ilícitude de Bens Obtidos por Organizações Criminosas	220
3.11 Busca e Apreensão.....	225
3.12 Cooperação Jurídica Internacional.....	227
4 – POLÍTICA CRIMINAL E SISTEMA PENAL: POSSIBILIDADES E GARANTIAS DE APLICAÇÃO PROPORCIONAL	237
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	271
REFERÊNCIAS	291
ÍNDICE ALFABÉTICO	299